

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO**

Isabella Ubatuba de Faria Ribeiro

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL: Uma revisão narrativa**

Porto Alegre - RS,

2022

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL: Uma revisão narrativa**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Programa de Graduação em Nutrição, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Graduação em Nutrição.
Orientador (a): Prof^a Dr^a Raquel Canuto

Porto Alegre - RS,
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ubatuba de Faria Ribeiro, Isabella
IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Uma revisão narrativa /
Isabella Ubatuba de Faria Ribeiro. -- 2022.
33 f.
Orientadora: Raquel Canuto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Insegurança alimentar e nutricional. 2. Fome. 3.
Pandemia de Covid-19. 4. Impactos sociais . 5.
Impactos econômicos. I. Canuto, Raquel, orient. II.
Titulo.

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Uma revisão narrativa**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Programa de Graduação em Nutrição, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Graduação em Nutrição.
Orientador (a): Prof^a Dr^a Raquel Canuto

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ilaine Schuch

Prof^a. Dr^a. Luciana Oliveira

Orientadora - Prof^a. Dr^a. Raquel Canuto

Porto Alegre - RS,

2022

EPIGRAFE

*Dedico a todos aqueles que estão passando ou
já passaram por algum nível de insegurança
alimentar e nutricional durante a vida.*

AGRADECIMENTOS

A Ceci, pelas várias conversas que tivemos sobre a fome e que me levaram a escolher esse tema.

A minha psicóloga Amanda, por ter me escutado e ajudado nos momentos mais difíceis.

A minha amiga Débora, por todas as noites que viramos juntas para escrever, pelo incentivo, pelas reclamações, pelas risadas e momentos de descontração. (Calma, respira..)

Ao meu amigo Arthur, pelas dicas, ajuda, reclamações e abobrinhas.

As minhas amigas Joana, Mariana, Marina, Natália, Luisa e Vitória, pelas reclamações e pelo carinho.

Ao meu amigo Henrique, por me acompanhar nesse processo mesmo que de longe e sempre torcer por mim.

Aos meus primos, por todo amor e incentivo. Amo vocês!

A minha mãe, meu irmão e aos meus avós por terem me apoiado e possibilitado que eu chegasse até aqui. Obrigada por tudo, amo vocês!

Ao Espaço da Brasco pelo melhor espaço de coworking e café da cidade, me fizeram sentir como se estivesse em casa.

A minha orientadora, por ter me apoiado até o final.

A mim, por acreditar no meu potencial e ter seguido em frente mesmo nas partes mais desafiadoras.

A todas as pessoas incríveis que passaram no meu caminho durante esse momento.

“A fome é um genocídio silencioso”

(FAO)

RESUMO

O enfrentamento da fome no Brasil dá-se desde a década de 30. Em 2013 com muita resiliência, as lutas contra a fome e miséria em conjunto com políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional conseguiram tirar o país do mapa da fome. Desde 2018 a insegurança alimentar nutricional (ISAN) voltou a apresentar uma forte tendência de alta. A pandemia de COVID-19 gerou um cenário mundial propício para que a ISAN crescesse em todo o mundo, devido aos impactos econômicos. Afetando principalmente as populações vulneráveis. Este trabalho de conclusão pretende descrever os impactos da pandemia de Covid - 19 na insegurança alimentar e nutricional do Brasil através de uma revisão da literatura. A inequidade de acesso a alimentos sempre foi grande no Brasil, no entanto, na pandemia o número de pessoas em ISAN foi de 10,3 milhões em 2018 para 19,1 milhões em 2020, levando o Brasil de volta para o mapa da fome.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Fome. Pandemia de COVID-19. Impactos sociais. Impactos econômicos.

ABSTRACT

The combat of hunger in Brazil has been ongoing since the 1930's. With a lot of resilience, in 2013 the fight against hunger and poverty sided by food and nutritional security public politics, pushed the country of the hunger map. In 2018, a high tendency of food and nutritional insecurity (FNI) was revealed. The COVID-19 pandemic induced global scenery to be prone to the growth of FNI, due to economic impact. Mainly affecting vulnerable populations. This work intends to describe the COVID-19 pandemic impacts on food and nutritional insecurity in Brazil, through a literary review. In Brazil, inequity of food access was always substantial. Nevertheless, the numbers increased in the pandemic, from 10,3 million in 2018 to 19,1 million in 2020, pushing the country back to the hunger map.

Keywords: Food and nutritional insecurity. Hunger. COVID-19 pandemics. Social impacts. Economic impact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa geográfico da fome no Brasil.....	22
--	----

LISTA DE SIGLAS

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISAN - Insegurança Alimentar e Nutricional
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAB - Política Nacional de Atenção Básica
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	12
<u>2 JUSTIFICATIVA</u>	12
<u>3 OBJETIVOS</u>	13
<u>3.1 OBJETIVO GERAL</u>	13
<u>4 MÉTODOS</u>	14
<u>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	15
<u>5.1 CONCEITO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E FOME NO BRASIL</u>	15
<u>5.2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL</u>	17
<u>5.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL</u>	20
<u>6 CONCLUSÃO</u>	24
<u>7 REFERÊNCIAS</u>	25

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil teve início na década de 30, quando a alimentação foi considerada um direito humano. As primeiras ações foram voltadas ao abastecimento de alimentos. No entanto, essas medidas não foram eficazes e levaram o mundo a uma crise mundial de produção de alimentos (ONU, 1975). A promoção de segurança alimentar depende de políticas e estratégias que assegurem o acesso regular a alimentos seguros, de qualidade e de forma sustentável (ABRANDH, 2013).

A fome é experienciada nos níveis mais altos de insegurança alimentar, causada pela ingestão inadequada de energia proveniente de alimentos, podendo levar a morte (FAO, 2022). Refere a uma das representações de injustiças sociais mais cruéis por atingir setores marginalizados (PENSSAN, 2021). O poder aquisitivo influencia diretamente na escolha e compra dos alimentos. As taxas de desemprego e a inflação aumentam o agravamento da pobreza. Durante a pandemia de COVID-19 a taxa de desocupação aumentou e por consequência o Brasil voltou para o mapa da fome mundial, com 19,1 milhões de brasileiros em situação de fome, do qual havia sido retirado em 2013 (VIGISAN, 2021; IBGE, 2020; IBGE, 2021).

O SARS-COV2 é um vírus de fácil disseminação descoberto no final de 2019 na China. Com a falta de conhecimento sobre o vírus, ele foi se alastrando pelo globo infectando e, por vezes, levando indivíduos a óbito (HABAS K, NGANWUCHU C. et al., 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020; OMS, 2020). Como medida de contenção e prevenção a OMS adotou o isolamento social. Esse cenário perdurou por 2 anos e o Brasil foi classificado como 3º país com mais casos registrados. Devido a paralisação mundial o PIB reduziu 8% e a economia foi afetada (ALPINO TMA, SANTOS CRB, BARROS DC, FREITAS CM, 2020; WORLD BANK, 2020)

A crise de covid agravou mundialmente a desigualdade de acesso, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade. Com o intuito de discutir as populações mais afetadas pelos impactos da pandemia no aumento da ISAN, este trabalho de conclusão de curso apresenta uma breve revisão narrativa voltada para a história da insegurança alimentar, os impactos econômicos da covid, em especial nos grupos marginalizados.

2 JUSTIFICATIVA

O enfrentamento da fome e da miséria faz parte da história brasileira na busca pela efetivação dos direitos humanos à alimentação adequada e de qualidade. Esse processo histórico auxiliou na constituição de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN), principalmente, após os anos de 2000. Levando o Brasil em 2013 a sair do mapa da fome. Em 2018 a POF feita pelo IBGE, mostrava uma tendência de alta da insegurança alimentar para os anos consecutivos, principalmente, devido à redução dos recursos a programas voltados para SAN e a crise econômica. Em 2019 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi, mais uma vez, extinto; aumentando a fragilidade da manutenção das políticas públicas e programas que asseguram SAN. Obstante, não se imaginava que em 2020 o Brasil voltaria para o mapa da Fome. A pandemia de COVID-19 acelerou este processo. Durante 2020 e 2021 a principal medida adotada para o combate a proliferação do vírus foi o isolamento social. Essa medida fez com que muitas empresas começassem a trabalhar de forma remota e demitissem funcionários para redução de custos, escolas ficassem fechadas ou adotassem as aulas *online*, as feiras pararam de funcionar etc. aumentando a insegurança alimentar e nutricional, a fome e a miséria na população brasileira. Assim, faz-se importante discutir como a pandemia de COVID-19 contribuiu no agravamento da fome e da insegurança alimentar na população brasileira e nas populações de maior vulnerabilidade.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Descrever os repercussão da pandemia de Covid-19 na insegurança alimentar e nutricional do Brasil por meio de uma revisão da literatura.

4 MÉTODOS

Como objetivo de discutir o aumento da insegurança alimentar na pandemia de COVID-19, foi realizada uma revisão narrativa. Este modelo de trabalho visa o aprofundado da temática mediante a pesquisa em políticas públicas, leis, cartilhas públicas feitas pelo governo federal, artigos, livros e uma análise crítica da autora. Pesquisas caracterizadas como estado arte possuem um mapeamento sem um formato definido, com escopo de responder os questionamentos feitos pelo escritor. Baseia-se em uma busca arbitrária. Diferente de revisões sistemáticas, que apresentam delineamento e seleção bibliográfica definida para obter dados quantitativos (SANT'ANNA RAMOS VOSGERAU; PAULIN ROMANOWSKI, 2014; CORDEIRO et al., 2007).

Este arquétipo de metodologia possibilita que os leitores adquiram e atualizem conhecimento específico em menos tempo. Entretanto, tendem a fornecer respostas qualitativas, restringindo a reprodução de dados, e aumentando a tendência ao viés. Ainda assim, são essenciais no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando para a atualização do conhecimento (ROTHER, 2007).

A revisão foi realizada de forma não sistemática. As buscas foram fundamentadas no questionamento: “como a pandemia de COVID-19 impactou na situação de insegurança alimentar da população brasileira?” Os termos utilizados para a busca dos artigos foram: “ politicas de transferência de renda acionadas durante a pandemia” “"economic effects" covid 19 containment measures” ”poverty and covid-19 and brasil” “unemployment AND covid-19 AND Brazil” “HUNGER AND PANDEMIC AND BRAZIL” “Hunger AND Food insecurity AND Brazil” “Food insecurity AND covid-19 AND Brazil”. Nas bases de dados científicos: Pubmed e Google acadêmico.

O conjunto de artigos analisados com busca em base de dados, foi complementado com documentos governamentais como leis, portarias, políticas públicas e cartilhas publicadas pelo governo federal, pelo ministério da saúde e ministério do desenvolvimento social direcionados para a insegurança alimentar e nutricional, e a pandemia do COVID-19. Como complemento textual foram usadas referências dos materiais lidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CONCEITO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E FOME NO BRASIL

Segundo a FAO (2022) a insegurança alimentar e nutricional (ISAN) se dá pela falta de acesso regular a alimentos seguros e de qualidade. A insegurança alimentar pode ser caracterizada em vários níveis. Ela pode se dar pela falta de acesso ou falta de recursos para conseguir comida. Em níveis mais altos de insegurança alimentar normalmente se experiencia a fome. O nível mais baixo não necessariamente passou fome, mas abdicou de outras necessidades básicas ou quando obteve acesso a alimentos optou pelos de fácil acesso, como alimentos ultraprocessados e processados, isto é, possuem acesso à comida, mas não a alimentos de qualidade. A fome relaciona-se diretamente com a falta de renda e agravamento da pobreza. Agravada pelo desemprego e falta de investimento em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (BEZERRA, SILVA *et al.*, 2020).

O conceito da fome e ISAN começou a ser discutido, no Brasil, em meados da década de 30, após o final da 1ª guerra mundial - cenário no qual a população mundial se encontrava em uma situação de maior vulnerabilidade. No entanto, o conceito só foi ser consolidado em 10 de dezembro de 1948 quando, pela primeira vez, foi estabelecida a proteção aos direitos humanos pelo marco da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 1948). A partir do artigo nº 25 foi criado o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

Neste período acreditava-se que a fome se dava pela produção insuficiente de alimentos, então foram criadas políticas de abastecimento, promovendo o que foi conhecido posteriormente como a revolução verde e conduzindo a uma crise mundial de produção de alimentos. Em decorrência da situação, a Conferência Mundial de Alimentação de 1975 designou como estratégia, políticas de armazenamento para regular a produção (ONU, 1975). A disponibilidade de alimentos aumentou, no entanto, não houve diminuição da fome e da pobreza, visto que as políticas não tinham direcionamento a falta de acesso físico e econômico. A partir da conferência internacional de nutrição de Roma em 1992, os aspectos de segurança alimentar e nutricional começaram a se aproximar do DHAA. Visando assegurar acesso adequado de qualidade de forma sustentável e culturalmente aceitável (ABRANDH, 2013).

“O direito à alimentação adequada e de qualidade está indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana, e é indispensável para a realização de outros

direitos humanos consagrados na carta universal dos direitos humanos” (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Quando a alimentação foi afirmada como direito, o silêncio da fome foi quebrado. A fome está diretamente ligada à pobreza, fatores socioeconômicos e socioculturais. A garantia desse direito implica diretamente nas condições estruturais apresentadas pela nação.

No mesmo período, no Brasil, Josué de Castro começou a estudar a fome e identificar que 71,6% do salário dos trabalhadores era usado para a compra de alimentos, esses com baixa qualidade nutricional. Afirmou que o poder aquisitivo dessa população era insuficiente e estava associado ao alto índice de mortalidade e baixa longevidade. Simultaneamente ao reconhecimento da fome a nutrição começou a emergir como profissão, evidenciando a situação da população brasileira e gerando discussões sobre a insegurança alimentar e nutricional. Consolidando a criação da lei do salário-mínimo, como salvaguarda econômica, e o surgimento de políticas sociais voltadas para a alimentação e nutrição para levar o país em direção a soberania alimentar. Um grande marco foi a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o programa de assistência nutricional a gestantes, nutrizes e crianças menores de cinco anos no Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (VASCONCELOS, 2005; ABRANDH, 2013).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) só começou a ter participação ativa como assessoria e órgão monitorador das campanhas, programas e projetos relacionados à segurança alimentar e nutricional, quando foi recriado em 2003. Sua concepção original se deu em 1993, com o gerenciamento de Itamar Franco, integrado com 8 ministros e 21 representantes da sociedade, com intuito de implementar o Programa Nacional de Combate à Fome e à Miséria após o enfraquecimento do PNAE e do INAN. Teve atuação por 2 anos e foi extinto, deixando novamente as populações vulneráveis desassistidas e sem prospecção de melhoras. Nos anos 2000 houve o agravamento da pobreza, levando a FAO e o Banco Mundial a estipularem políticas de SAN para quantificar a fome e a pobreza. Na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma de 1996 definiu-se que a taxa de desnutrição deveria ser reduzida pela metade até o final de 2015 (CONSEA, 2010).

Somente no ano de 2010 o direito humano à alimentação adequada entrou na constituição federal brasileira. Esse marco só se fez possível através do processo histórico da luta em reconhecimento da fome e miséria como desafios que devem ser enfrentados, iniciado em 1993 com a “Carta de Ação da Cidadania” ocasionando na criação do CONSEA (DA SILVAM; RECINE; JOHNS *et al.*, 2018). Em 1995 foi criada a “Carta da Terra”, a qual pautava como

uma das maneiras de acabar com a fome e a miséria seria gerar empregos a partir de terras improdutivas para acabar com a fome e gerar empregos.

Segundo a POF de 2018 (IBGE), em 2013 o Brasil foi retirado do mapa da fome devido à redução de 5%, em 2009, para 4,2% de brasileiros vivenciando a fome diariamente. Só se foi possível chegar a esse número devido aos investimentos em políticas voltadas para assegurar o acesso a alimentos seguros e de qualidade tais como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o Plano Nacional de Alimentação Escolar, o auxílio Bolsa Família, Programa de alimentação do trabalhador (PAT), o programa de incentivo à agricultura familiar (PRONAF), PRONAF Mulher e o PRONAF Agroecologia. O Brasil se manteve fora do Mapa da fome até o início de 2020, desde 2018 havia uma tendência ao aumento da insegurança alimentar (VASCONCELOS, 2019). De 2013 para 2018 a segurança alimentar e nutricional caiu de 79,5% para 64,9%.

Em 2020 o Brasil voltou para o Mapa, devido ao agravamento da crise econômica e a pandemia de Covid-19. Muitos trabalhadores perderam seus empregos devido à necessidade do isolamento social e as medidas tomadas pelo governo e pelas empresas. No entanto, desde 2018 vários investimentos em programas voltados a SAN e a agricultura familiar foram cortados (VASCONCELOS, 2019). Levando gradualmente o país para a linha da fome e pobreza. Durante à pandemia foi aplicado pelo PENSSAN um inquérito para contextualizar e quantificar a insegurança alimentar na pandemia. Foi possível identificar que a fome e a insegurança alimentar atingiam 10,3 milhões de pessoas em 2018 e saltou para para 19,1 milhões em 2020 (VIGISAN, 2021).

5.2 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL

Coronavírus (CoVs) são vírus causadores de doenças em animais e humanos. Em humanos eles apresentam sintomas respiratórios, causados por infecções leves a graves síndromes de estresse respiratório. Antes do SARS-CoV-2 ou COVID-19, foi identificada a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) por outro vírus da família COV. Essa categoria de vírus possui carga diversa e facilidade para mutação (HABAS K, NGANWUCHU C, SHAHZARD F, GOPALAN R, HAQUE M, RAHMAN S, MAJUMDER AA, NASIM T., 2020). A transmissão acontece especialmente por contato ou gotículas no ar (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

A pandemia de COVID-19 iniciou no fim de 2019 e perdura até a atualidade. Os primeiros casos confirmados surgiram na China em dezembro de 2019. As medidas de prevenção demoraram para serem implementadas, pela falta de conhecimento sobre a cepa. Deste modo a disseminação para países vizinhos deu-se logo nos primeiros meses. Em janeiro de 2020 o vírus chegou na Europa e nos Estados Unidos da América. Configurando uma situação de calamidade mundial. A Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO) declara surto de covid-19 e começa a pensar em medidas protetivas. No Brasil os primeiros casos foram registrados em fevereiro de 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Segundo a OMS a partir de 11 de março de 2020 o surto de covid-19 passou a ser classificado como uma pandemia com 3.732.046 casos confirmados e 261.517 mortes. Desde então, a OMS aconselhou como medida primordial o isolamento social para contenção de danos.

O isolamento ou distanciamento social é uma ferramenta usada na prevenção de doenças de alto contágio, podendo ser usado como quarentena para isolamento de doentes ou para prevenção. Durante a pandemia, a OMS aconselhou a população a diminuir o contato com pessoas, sair o mínimo possível de casa e evitar aglomerações, com o intuito de conter a crise sanitária (NICOLA, 2020; SILVA, L.L.S et al., 2020). Entre 2020 e 2022, países desenvolvidos, em pequena e média economia passaram por longos períodos de quarentena, nos momentos de crescimento da disseminação do vírus; enquanto a vacina estava em desenvolvimento. Esse cenário dispôs de impactos sociais, culturais, psicológicos e econômicos ao redor do mundo.

Segundo o Banco Mundial (2022) a recessão econômica do COVID-19 é a maior desde Segunda Guerra Mundial. O PIB mundial em 2019 era de 81,6 trilhões de dólares e em 2020 de 84,71 trilhões de dólares. As potências mundiais apresentaram redução significativa. O segundo maior patrimônio mundial está retido na China, responsável por 17,37% do PIB mundial. Ela e os Estados Unidos da América participam intensamente da importação de commodities de países em desenvolvimento ou desenvolvidos, e exportação. A desaceleração no crescimento pela redução de atividades econômicas influenciou no aumento do dólar e consequentemente no crescimento da inflação mundial. A intensificação do desemprego e endividamento acentuaram a pobreza e desigualdade em países ricos e pobres.

Segundo a Fio Cruz (2021) no Brasil entre 23/02/2020 a 02/01/2021 foram registrados 7.714.819 casos e 195.742 mortes por covid, apresentando-se como o terceiro país com o maior número de casos e o segundo em número de mortes. A falta de adesão do presidente às medidas sanitárias, pode ter colaborado com o agravamento da situação do país. Além disso, as inúmeras mudanças do ministro da saúde e falta de auxílio adequado a população, fazendo com que o

isolamento social se mantivesse por mais tempo (ALPINO TMA, SANTOS CRB, BARROS DC, FREITAS CM, 2020). Assim, afetando diretamente a economia, que desde o início de 2020 já estava estagnada. Em junho deste ano, o PIB reduziu 8% (WORLD BANK, 2020).

Durante esse período o desemprego, a pobreza e a fome aumentaram, devido à adoção de medidas sanitárias agressivas e o remanejamento dos investimentos públicos. A jornada de trabalho foi reduzida, algumas empresas acabaram por aderir ao *home office* e demitiram funcionários com o intuito de se manterem funcionando. Escolas pararam de funcionar presencialmente ou fecharam. As feiras de agricultores familiares ficaram períodos sem funcionar. Postos de saúde e hospitais continuaram funcionando, com a capacidade reduzida de profissionais devido à contaminação do vírus, deixando distante e precário o acesso à saúde e a alimentação. Ampliando a iniquidade de acesso a recursos básicos a população brasileira (OLIVEIRA TC, ABRANCHES MV, LANA RM, 2020; DA SILVA ML., DA SILVA RA., 2020)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020 e 2021) desde 2015 a taxa da população sem emprego com 14 anos ou mais está em crescimento. De 2019 para 2020 a taxa média anual de desemprego aumentou de 11,9% para 13,5%. Em 2021 houve uma queda e a taxa anual foi de 13,2%. Em todos os anos a população nordestina apresentou os maiores números de desemprego dentre todas as regiões brasileiras. Segundo o IPEA a população mais afetada é a de mulheres da região nordeste. A conjuntura econômica leva a ampliação da pobreza. Como consequência, em 2020 o Brasil voltou a fazer parte do mapa da fome, com 19,1 milhões de pessoas passando fome e 116,8 em insegurança alimentar e nutricional no final de 2020 (VIGISAN, 2021).

O auxílio emergencial foi proposto pelo governo federal como uma forma de enfrentamento ao desemprego, para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situações de vulnerabilidade na pandemia. Segundo o Ministério da cidadania (2020), no primeiro ano, de funcionamento do benefício o valor base oferecido era de R\$ 600. No segundo ano, esse valor passou a ser formatado pela categoria de organização familiar e os valores oferecidos foram R\$ 370 (mulheres chefes de família monoparental), R\$ 250 e R\$ 150 (famílias constituídas por um indivíduo) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

A cesta básica é um dos parâmetros de definição do salário-mínimo, tem intuito de assegurar que a população tenha acesso adequado a comida e outras necessidades básicas para sobrevivência. Segundo o DIEESE em 2019 a cesta básica equivalia a 48,27% do salário-mínimo vigente de R\$ 998,00, em dezembro de 2020 passou a corresponder a 53,45% do

salário-mínimo vigente de R\$ 1.045. Em 2021 esse valor subiu para 67,74% de R\$ 1.100,00. Paralelamente um botijão de gás, item essencial para cozinhar, em 2019 custava R\$ 69,10 e em 2021 passou a valer R\$ 135. Durante esse período de janeiro de 2019 a setembro de 2021 a inflação foi de 16,54%. Foi estimado que em 2021 o salário-mínimo necessário para a média de custo da vida de um brasileiro deveria ser de R\$ 5.800,98 (CNN, 2021; CNN, 2020; G1, 2021; IBGE, 2020;)

Com os altos índices de desemprego e baixo poder aquisitivo a população brasileira está lutando diariamente para manter-se viva. O DHAA fica cada vez mais distante e a miséria e a falta de acesso adequado a alimentos mais próximas.

5.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL

A pandemia de covid-19 resultou em uma crise sanitária, política e econômica, agravando insegurança alimentar e nutricional nas populações vulneráveis em todo o território nacional. Nas áreas de maior risco os grupos mais frágeis apresentam forte presença. Sendo compostos por pessoas de pele preta ou parda, mulheres, baixo índice de escolaridade, moradores de rua, moradores de periferias e comunidades rurais (PENSSAN, 2021; COUTINHO GA *et al.*, 2020; SANTOS PL *et al.*, 2021).

Em dezembro de 2020, a PENSSAN aplicou a Escala brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 1662 moradores de domicílios urbanos e 518 rurais, referidos até 12 meses anteriores. Foi observado que 116,8 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. No perfil grave, considera-se a população em estado de fome. Foram registrados 19,1 milhões de cidadãos enfrentando a fome, sinalizando as consequências do grave desequilíbrio. O aumento da inflação e do desemprego empurraram essas famílias da segurança alimentar para a insegurança, até mesmo os que não estavam na linha da pobreza acabaram vivenciando algum grau de ISAN (PENSSAN, 2021).

Na classificação grave 14,7% estavam relacionados a lares com líderes familiares com baixa escolaridade, 11,1% por mulheres e 10,7% pessoas pretas ou pardas (PENSSAN, 2021). Na garantia ao acesso adequado a alimentação inclui-se o acesso à água potável e saneamento básico. Os domicílios chefiados por mulheres e/ou pretos sofreram mais com a falta de água e saneamento básico (SANTOS PL *et al.*, 2021; IBGE, 2018).

A estratificação da fome é representada por mulheres, negras, chefes de famílias com baixa renda e escolaridade. O IBGE registrou que a população feminina ficou com 17,9% na

taxa de desocupação quando comparada com a masculina que foi de 12,2%. Sendo que durante o ano de 2020 a taxa foi 46,7% maior entre mulheres do que entre homens. A taxa de desemprego dentro desse público está diretamente relacionada a redução de poder aquisitivo das famílias chefiadas por mulheres. Esse índice retratou a disparidade entre brancos, pardos e pretos. A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 para pessoas pretas foi 53,3% maior do que para pessoas brancas.

No meio urbano a Insegurança alimentar e nutricional é 4,1% contra 7,1% no campo (IBGE, 2020). Dentre a população rural estão os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares (PESSAN, 2021) e, de forma geral, o meio rural apresenta menor nível de escolaridade e desenvolvimento (TRIVELLATO P.T., MORAIS D.C., LOPES SO, *et al.*; 2017). A principal renda dessa área é a pela comercialização de produtos provindos da agricultura familiar, praxe fortemente vinculada a incentivos por programas sociais e políticas públicas. Antes do isolamento social houve cortes ou reduções de alguns recursos dos programas direcionados a agricultura, que asseguram SAN a essas comunidades. O acesso à terra cada vez mais escasso. Durante a COVID-19, políticas como o PNAE foram suspensas, devido à falta de atividades presenciais. As vendas foram prejudicadas, levando a queda na renda, despromovendo SAN. (SILVA, L.C.A., 2021).

As principais atividades financeiras das comunidades indígenas dependem das trocas nas cidades, principal fonte de sustento durante os picos de contaminação as aldeias se isolaram dos centros urbanos, limitando a entrada e saída, para contenção da disseminação do vírus. Por consequência, o acesso a alimentos torna-se insuficiente, compreendendo que a aquisição de comida se baseia em compra e produção local (ABRASCO, 2020).

A desigualdade regional ao acesso a alimentos em 2017 a 2018 era de 43% no Norte, Nordeste 49,7%, Sul 79,3%, Sudeste 68,8% e Centro-Oeste 64,8%. Sendo que o acesso irregular acometeu 36,7% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2020). Na pandemia, a situação foi agravada, com o crescimento do desemprego e da inflação, que afetaram diretamente a segurança alimentar, para que se mantivessem, as estruturas familiares organizam cortes nas despesas em itens essenciais, como a alimentação. A insegurança passou a ser 19% maior nos domicílios em que um morador perdeu o emprego. De mesmo modo a situação agravou-se quando ambientes familiares eram formados por mais de 2 membros e quando as medidas de distanciamento social não podiam ser mantidas (PENSSAN, 2021; SANTOS P.L. *et al.*, 2021). Mesmo com o auxílio emergencial, o comprometimento da alimentação manteve-se moderado ou alto. As regiões caracterizadas por populações rurais, sofrem mais com a miséria e fome,

afetando 12% dos domicílios. Sendo assim, a área mais afetada pela fome foi o Norte, como mostra a figura 1. Em ISAN o 1º lugar está no Nordeste com o índice de 70% e Em seguida está o Norte com 60%. Os resultados foram obtidos pela EBIA, instrumento utilizado para medir e classificar a insegurança alimentar. Os resultados podem ser comparados com as estatísticas do IBGE.

A ISAN nordestina relaciona-se diretamente com o aumento aos índices de desemprego de 18,2%, a maior entre as macrorregiões. Agravando o número de trabalhadores informais, que em 2021 foi de 45,8% para 53,3% (IBGE, 2021), comprometendo a renda de cerca de 4,4 milhões de famílias em 2021. Segundo o Instituto de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a inflação nordestina ficou em 4º, e com a redução de renda transformou drasticamente o poder de compra (IBGE, 2020). Apresentando mudanças na aquisição de alimentos, reduzindo os *in natura* e aumentando os processados e ultraprocessados, pronunciando as desigualdades regionais de acesso a alimentos em populações vulneráveis e consequentemente violando os DHAA. Mesmo com ajuda do auxílio emergencial e bolsa família, houve carência de recursos para a alimentação segura, implicados pela pobreza extrema, assim como para outras necessidades básicas, como moradia e higiene (BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A., 2021; PENSSAN, 2021; IBGE, 2018; IBGE, 2020)

Figura 1: Mapa geográfico da fome no Brasil.



Fonte: PENSSAN, 2021.

No sul do Brasil, entre o início de maio e fim de junho de 2020, foram aplicados os 4 inquéritos epidemiológicos sobre prevalência, impactos econômicos e na saúde mental no

COVID-19 em 1500 domicílios em Bagé pela UNIAPAMPA em parceria com a UFPEL. Foi observado que a prevalência de insegurança alimentar e nutricional foi de 29,4% ou $\frac{1}{3}$ dos lares entrevistados, mostrando-se superior em adultos com menor escolaridade, com maior número de moradores por domicílio com menores de 18 anos, de pele preta ou parda. Quando comparado com outras regiões do país, pode-se analisar a heterogeneidade da insegurança alimentar no contexto brasileiro. Essa diferença pode se dar pelas medidas de enfrentamento adotadas perante o COVID, o desmantelamento de políticas públicas de SAN e os auxílios oferecidos a população (SANTOS P.L. *et al.*, 2021).

6 CONCLUSÃO

Antes da pandemia de covid-19 o Brasil já apresentava tendências de alta para ISAN. A pandemia acelerou o processo de volta para o mapa da fome com a crise econômica, a falta de incentivo e desmantelamento de políticas públicas, a falta de adesão do presidente as medidas de contenção ao covid e mudanças de ministro da saúde.

7 REFERÊNCIAS

ABRASCO. A Covid-19 e a situação alimentar entre os povos indígenas: recomendações para o enfrentamento da pandemia. ABRASCO, 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/a-covid-19-e-a-situacao-alimentar-entre-os-povos-indigenas-recomendacoes-para-o-enfrentamento-da-pandemia/47017/>> Acesso: 20 abr. 2022.

ABRANDH. (2013). O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (Leão M, ed.). **ABRANDH**.

ALPINO, T.M.A.; SANTOS, C.R.B.; BARROS, D.C.; FREITAS, C.M.. **COVID-19 and food and nutritional (in)security: action by the Brazilian Federal Government during the pandemic, with budget cuts and institutional dismantlement**. Cad Saude Publica. 2020 Sep 2;36(8):e00161320. English, Portuguese. doi: 10.1590/0102-311X00161320. PMID: 32901703.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da COVID-19, continuidade e mudanças. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14, e021002, 2021.

BEZERRA, M.S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 10, , pp. 3833-3846, 28 set 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018.>> Accessed 22 February 2022

BRASIL. (2010). Emenda Constitucional No 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o Art. 6º Da Constituição Federal, Para Introduzir a Alimentação Como Direito Social.

BRASIL. (2014). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: Análise Psicométrica de Uma Dimensão Da Segurança Alimentar e Nutricional. (Sardinha LMV, ed.). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. (2010). Fome Zero: Uma História Brasileira.

BRASIL. Governo do Brasil. Assistência Social. Solicitar Auxílio Emergencial (Coronavírus – Covid-19) [Internet]. 2020.

BRASIL. (2006). Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Casa Civil; 28.

BRASIL. **Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020**. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis n os 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, 19 mai. 2020e.

BRASIL. **Medida provisória Nº 1.000, de 2 de setembro de 2020**. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, 3 set. 2020d.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.** Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União, 18 mar. 2021a.

BRASIL. (2019b). Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. In: Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural. Departamento de Compras Públicas para a Inclusão Social e Produtiva Rural 36.

CASTRO J. As condições de vida das classes operárias no Nordeste. In: Castro J. Documentário do Nordeste. 2.ed. São Paulo: Brasiliense; 1959.

CNN. Preço do botijão de gás de cozinha subiu 23,2% em um ano, apontam dados da ANP. **CNN BRASIL**, Rio de Janeiro, 14 mar 2022. Business. Disponível em: <[CNN. Inflação global é impulsionada por alta demanda e problemas em cadeias produtivas. **CNN BRASIL**, São Paulo, 23 nov 2021. Business. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-global-e-impulsionada-por-alta-demanda-e-problemas-em-cadeias-produtivas/>> Acesso: 10 abr 2022.](https://www.cnnbrasil.com.br/business/preco-do-botijao-de-gas-de-cozinha-subiu-232-em-um-ano-aponta-dados-da-anp/#:~:text=Covid%2D19-,Pre%C3%A7o%20do%20botij%C3%A3o%20de%20g%C3%A1s%20de%20cozinha%20subiu%2023%2C2,ano%2C%20apontam%20dados%20da%20ANP&text=Compartilhe%3A,Natural%20e%20Biocombust%C3%ADveis%20(ANP)> Acesso: 10 abr 2022.</p></div><div data-bbox=)

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY. IMPACT OF COVID-19 ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (FSN). Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2020.

CONSELHO EUROPEU. Cronologia - ações do conselho face à COVID-19. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/coronavirus/timeline/>> Acessado: 8 abr. 2022.

CONSEA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada No Brasil: Indicadores e Monitoramento Da Constituição de 1988 Aos Dias Atuais.** 2010. CONSÓRCIO NORDESTE. **Comitê Científico recomenda aumento das medidas de isolamento e lockdown, reforço na criação de Brigadas Emergenciais de Saúde, testagem para Covid-19 e Dengue.** Boletim nº 07. 7p. 21 de maio de 2020.

COUTINHO, A.C *et al.*. **Nutricídio durante e pós-covid-19:** Refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, classe, etnia e raça. 2021. Trabalho de conclusão de curso.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil.** Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, pp. 969-978, 28 ago 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>>.

FIO CRUZ. Monitora COVID-19. Rio de Janeiro: Fundação; 2020. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>

DA SILVA, L.L.; NASCIMENTO, P.E.; ARAÚJO, O.C.G.; PEREIRA T.M.G. **The Articulation of the Indigenous Peoples of Brazil in Facing the Covid-19 Pandemic.** *Front Sociol.* 17 mar 2021. doi:10.3389/fsoc.2021.611336

SILVA, L.L.S. et al. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública.** v. 36, n. 9, set, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>>. Acessado 30 Abril 2022

DA SILVAM, A. C. F., RECINE, E., JOHNS, P., GOMES, F. D. S., FERRAZ, M. D. A., FAERSTEIN, E. History and challenges of Brazilian social movements for the achievement of the right to adequate food. **Global Public Health**, v 14, p 875–883, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Valor da cesta básica aumenta em praticamente todas as capitais em 2019.** DIEESE. São Paulo: 2020.

EUROPEAN CENTER FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL (ECDC). Coronavirus disease 2019 (COVID-19) pandemic: increased transmission in the EU/EEA and the UK – seventh update. Stockholm: ECDC; 2020. Disponível em: <<https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/RRAsventh-update-Outbreakof-coronavirus-diseaseCOVID-19.pdf>> Acessado em: 5 abr 2022.

FAO. (2022). Hunger and Food insecurity.

FAO, I., *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*, FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. Retrieved from: <<https://policycommons.net/artifacts/1421967/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2020/2036027/>> on 03 Apr 2022. CID: 20.500.12592/fjp6x3.

GLOBAL FOOD SECURITY CLUSTER. Coronavirus, impact on well-being, health, food access and food security. **FAO.** Disponível em: <https://fscluster.org/sites/default/files/documents/covid_19_impact_on_food_security.pdf> Acessado em 21/03/2022.

GOPINATH, G. Uma recuperação conturbada. International Monetary FUND. **FMI.** 25 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2022/01/25/blog-a-disrupted-global-recovery>> Acessado: 10 abr. 2022.

G1. Preço do gás de cozinha sobe 5 vezes a inflação do ano e botijão chega a custar R\$ 135; entenda os motivos da alta. **G1**, Rio de Janeiro e São Paulo, 16 ago. 2021. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/16/preco-do-gas-de-cozinha-sobe-5-vezes-a-inflacao-do-ano-e-botijao-chega-a-custar-r-135-entenda-os-motivos-da-alta.ghtml>> Acessado 10 abr. 2022.

HABAS K, NGANWUCHU C, SHAHZAD F, GOPALAN R, HAQUE M, RAHMAN S, MAJUMDER AA, NASIM T. Resolution of coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Expert Rev Anti Infect Ther.** 2020 Dec;18(12):1201-1211. doi: 10.1080/14787210.2020.1797487. Epub 2020 Aug 4. PMID: 32749914. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14787210.2020.1797487>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 41ª ed. Brasília: **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**; 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**; 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IPCA Alimentos, Maio 2021. **IBGE**. Jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-deconteudos/publicacoes/conjuntura-economica/agricola/2021/2021-06-09-ipca_maio_alimentos.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Internet]. Rio de Janeiro: **IBGE**; 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares : 2017-2018 : análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, **Coordenação de Trabalho e Rendimento**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua: 2º trimestre 2021. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Altas do censo demográfico 2010. **IBGE**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Inflação. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>> Acessado: 10 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no país. **Editoria Estatísticas Sociais**. Uberlândia. 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noti>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Inflação e nível de atividade na economia global. IPEA, 2022. Disponível em: <<https://www.asaprev-ba.com.br/impactos-do-coronavirus-na-economia-mundial-e-brasileira/>> Acesso: 8 abr. 2022.

JUNIOR, R.R.F.; RITA, L.P.S. **Impactos da covid-19 na economia**: limites, desafios e políticas. Cadernos de prospecção, Salvador, v. 13, n. 2, p. 459 - 476, abril de 2020.

JÚNIOR, J.R.C.S.; CAVALCANTI, M.A.F.H.; CRAVALHO, L.M. *et al.* Visão geral da conjuntura. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo/>> Acessado: 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Declaração do imposto de renda 2021 com auxílio emergencial. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial-2020>> Acessado 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Auxílio emergencial 2021. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>> Acessado 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Governo federal inicia transferência da sétima parcela do auxílio emergencial. **Governo Federal**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-inicia-transferencia-da-setima-parcela-do-auxilio-emergencial-2021#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021%20%C3%A9,demais%20%C3%A9%20de%20R%24%20250>> Acessado 10 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19). **Brasília: Ministério**; 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm> Fundação Oswaldo

MINISTÉRIO DA SAÚDE. OpenDataSUS. Disponível em: <<https://opendatasus.saude.gov.br/>> Acessado: 8 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial da União**, 4 de fevereiro de 2020.

MORAES, R.F.D. **COVID-19 e medidas legais de distanciamento social**: tipologia de políticas estaduais e análise do período de 13 a 26 de abril de 2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2020. (Nota Técnica, 18).

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro, 1992. De acordo com a Resolução, JP! 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>.

NEVES, José Aneel *et al.* Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. **Hunger, Food and Nutrition and Covid-19**, Revista de Nutrição, v. 34, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>> Acessado 20 abr. 2022.

NICOLA, Maria *et al.* The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. **International Journal of Surgery**, Elsevier, v. 78, p. 185-193, jun 2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

ONU. Report of the World Food Conference, 1975.

ONU. Comentário geral n. 12: o direito humano à alimentação adequada (art. 11). 1999. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-econteudos-deapoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf/view>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001>

SANTANA, A.B.C. e SARTI, F.M. **Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, pp. 4001-4012, 28 set 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35192018>>. Acessado 2 mai. 2022.

SANT'ANNA RAMOS VOSGERAU, Dilmeire; PAULIN ROMANOWSKI, Joana. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>>

SANTOS, L.P. *et al.* Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 37, n. 5, 17 mai 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>> Acessado 19 Abril 2022.

SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE. Painel coronavírus. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>> Acessado: 8 abr. 2022.

SILVA, Luanna Caetano de Azevedo. **Insegurança alimentar e nutricional e a pandemia da Covid-19 na região Nordeste**. 2021. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) – Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, L.L.S. et al. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 9, set, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>>. Acessado 30 Abril 2022

UN Committee on Economic S and CR (CESCR). (1999). CESCR General Comment No. 12: The Right to Adequate Food (Art. 11).

THE WORLD BANK. *Global Economic Prospects*. International Bank for Reconstruction and Development. Washington, 2022.

UMAKANTHAN S, SAHU P, RANADE AV, *et al.* Origin, transmission, diagnosis and management of coronavirus disease 2019 (COVID-19). *Postgraduate Medical Journal* .v 96, p 753-758, 2020.

VASCONCELOS, F. D. A. G. D., MACHADO, M. L., MEDEIROS, M. A. T. D., NEVES, J. A., RECINE, E., PASQUIM, E. M. **Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer**. *Revista de Nutricao*, 32, 2019.

VASCONCELOS, F.D.A.G.D. **Combate à fome no Brasil**: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição. 2005, v. 18, n. 4, pp. 439-457. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>>. Epub 22 Set 2005. ISSN 1678-9865. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>. Acessado 15 mar. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Timeline: WHO's COVID-19 response. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#>> Acesso: 8 abr. 2022.